

NORBERT ELIAS, O PROCESSO CIVILIZADOR E A NOVA HISTÓRIA CULTURAL.

José Hermes dos Santos Pimentel*

Norbert Elias nasceu em Breslau (Alemanha), hoje Wrocław (Polônia), em 22 de junho de 1897. Filho único de Hermann e Sophia Elias, casal abastado de origem judaica. Seu pai era um comerciante de grande prestígio no setor têxtil. Elias lutou na Primeira Guerra Mundial em favor da forças alemãs, mais precisamente, no *front* leste e oeste, nos serviços de telegrafia. Com o fim da guerra, a Alemanha estava arrasada e, simultaneamente, surge neste país uma nova era, denominada a República de Weimar¹. Esta foi criada para fechar as feridas deixadas pela guerra e acender os ânimos dos povos germânicos, principalmente após o Tratado de Versalhes. (BRANDÃO, 2003, p. 21). Ainda dentro do contexto da República de Weimar, surgem comentários sobre a ocorrência de casos de traição por parte dos próprios alemães durante a Primeira Guerra Mundial, estes comentários tomaram proporções gigantescas desembocando em uma lenda chamada de “*punhalada nas costas*”². Esta lenda vai reforçar a aversão dos nazistas pelos grupos marginalizados, sobretudo os judeus.

Ainda na Alemanha, Elias se matricula nos cursos de Medicina e Filosofia, largando o primeiro e se dedicando profundamente ao segundo, nas Universidades de Heidelberg e Freiburg. Desses estudos, surge sua tese de doutorado em Filosofia intitulada de *Idee und Individuum – Eine Kritische Untersuchung zum Begriff der Geschichte*³, defendida em 1924. Elias ainda estudou Psicologia e Sociologia se prendendo mais a esta última. No final dos anos vinte,

Elias retorna para a Universidade de Heidelberg e inicia a preparação de sua tese de *Habilitation*, sob orientação de Alfred Weber – irmão mais jovem de Max Weber –, sobre a vida na sociedade de corte francesa dos séculos XVII e XVIII, *Die höfische Mensch. Ein Beitrag zur Soziologie des Hofes, der hofischen Gesellschaft und des absoluten Königstums (O homem da corte. Uma contribuição para a sociologia da corte, da sociedade da corte e da*

* Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

¹ O nome Weimar tem origem em uma cidade pacata da Alemanha a qual é “considerada uma cidade de grande tradição cultural e humanística. (...) O período conhecido historicamente como República de Weimar se inicia com a rendição da Alemanha ao final da Primeira Guerra Mundial, e termina com a ascensão do nacional-socialismo ao poder, quando Adolf Hitler foi escolhido para o cargo de chanceler da Alemanha, em janeiro de 1933”. (BRANDÃO, 2003, p. 20 e 22).

² Esta lenda corroborava a traição de pessoas alemãs durante a derrota na Primeira Guerra. Sobretudo, os grupos que eram inferiores economicamente e com o término do conflito ressurgiam com um certo aumento de poder.

³ *Idéia e Individuo – Uma investigação crítica a cerca do conceito de História*. Essa tese foi defendida em janeiro de 1924.

monarquia absolutista), publicada pela primeira vez somente em 1969⁴. (BRANDÃO, 2003, p. 33).

Com a queda da bolsa de Nova York, a República de Weimar não resiste às pressões internas e externas e se desfaz, dando espaço para o regime totalitário Nazista de Adolf Hitler. Por volta dos anos 30, Karl Mannheim, professor de Sociologia da Universidade de Frankfurt, convida Elias para trabalhar com ele nesta Universidade. Porém, a política nazista impede que ele assumisse esse posto. A política Hitlerista “*impedia a atuação profissional de judeus*” (BRANDÃO, 2003, p. 37). Isto acarretou na fuga de diversos intelectuais como, Horkheimer, Mannheim e o próprio Elias, para outros países⁵. Este último passa a ser perseguido pelos nazistas e foge para a Suíça, depois para a França e posteriormente para a Inglaterra onde viveu boa parte de sua vida. Na década de 40 seus pais vão ser vítimas das forças de Hitler, Hermann morre em Breslau em 1940 e Sophia em 1941?, esta última, vítima dos campos de extermínio de Auschwitz.

Da Suíça, Elias foge para a França (1933) e depois para a Inglaterra (1935), no segundo país, devido às precárias condições de sobrevivência ele tenta abrir um comércio junto com outros amigos exilados. Sem êxito, acaba gastando o pouco dinheiro que lhe restara. Chegando à Inglaterra, com a ajuda de alguns amigos que conhecera em Heidelberg, vai passar por grandes dificuldades mas finalmente começa a escrever e se estabiliza financeiramente, chegando a lecionar nas Universidades de Leicester e Cambridge.

No pequeno intervalo que permaneceu em Frankfurt, Elias recebeu vastas influências das obras de Max Weber e Karl Marx, mantendo contato com diversos sociólogos como Karl Jaspers, Karl Löwith e Talcott. As influências de Marx e Weber que Elias recebeu nas salas de Frankfurt, vão servir de base para o desenvolvimento de sua principal obra, o *Über den Prozess der Zivilisation (O Processo Civilizador)*. Escrita em alemão durante o exílio na Inglaterra, sua obra encontrou muitos obstáculos antes de ser editada em uma editora alemã exilada na Suíça, a *Haus zum Falkner* em 1939. Como já foi mencionado, o regime Nazista não tolerava profissionais judeus⁶ em território alemão, sua macabra repressão a estes povos

⁴ Esta obra foi traduzida para o português pela Jorge Zahar Editor (2001) recebendo como título *A Sociedade de Corte*.

⁵ O episódio é uma parcela essencial da história da grande diáspora da década de 1930, de residentes da Europa Central, a maior parcela deles judeus, incluindo cientistas, escritores, músicos e também acadêmicos. (SNOWMAN apud BURKE, 2005, p. 24).

⁶ Eram consideradas pessoas judaicas aquelas que tinham pelo menos um avô judeu. (HOBSBAWM, 1995, p. 151).

(...) provocou o êxodo em massa de intelectuais judeus e esquerdistas, que se espalharam pelo que restava de um mundo tolerante. A hostilidade nazista à liberdade intelectual quase imediatamente expurgou das universidades alemãs talvez um terço de seus professores. Os ataques à cultura “modernista”, a queima pública de livros “judeus” e outros indesejáveis, começaram quase com a entrada de Hitler no governo. (HOBBSAWM, 1995, p. 151).

Países vizinhos à Alemanha acolheram esses exilados, muitos deles nunca mais retornaram a sua terra natal. No entanto, para Hitler o judeu era inferior pelo fato de nunca ter possuído “*uma cultura própria, as bases do seu trabalho espiritual sempre foram ditadas por outros. Em todos os tempos, seu intelecto desenvolveu-se por influências do mundo civilizado que o cerca*”. (HITLER, 2001, p. 223). E a única raça capaz de levar a sociedade alemã ao triunfo era a raça Ariana, “*raça que foi e é o expoente do desenvolvimento cultural da Humanidade*”. (HITLER, 2001, p. 218).

Devido a tais circunstâncias, a mais importante obra de Norbert Elias, *O Processo Civilizador*, dividido em dois volumes, clássico que abrange diversas áreas das ciências humanas como psicologia, sociologia e história, vai ficar afastado dos grandes centros intelectuais até meados da década de 70, quando é traduzido para o francês em 1973.

A obra *O Processo Civilizador* está dividida em dois volumes. O primeiro intitulado de *Uma História dos Costumes* está dividido em duas partes: a primeira trata da *Sociogênese dos conceitos de Civilização e Cultura*, ou seja, neste capítulo Norbert Elias vai analisar os vários significados atribuídos ao conceito de *Zivilisation* (Civilização) na França, Inglaterra e Alemanha. Por outro lado, vai analisar também um outro conceito genuinamente alemão, o *Kultur*. Na segunda parte, chamada de *A Civilização como Transformação do Comportamento Humano*, o autor vai trabalhar detalhadamente através de vários exemplos como aconteceu esta mudança no comportamento e na vida das pessoas. O segundo volume, denominado de *Formação do Estado e Civilização*, aborda um terceiro ponto chamado de *Feudalização e Formação do Estado*, neste, a abordagem é em cima dos processos que há muito operam a história dos povos, e também aborda a formação do Estado moderno mostrando como este monopolizou as estruturas antigas predominantes na sociedade medieval. E por fim, há uma *Sinopse* na qual ele demonstra diversas *Sugestões para uma Teoria de Processos Civilizadores*.

No entanto, Elias nos leva a compreender como esta sociedade passou por tal processo civilizador. Segundo Rodrigues (2007), o que o autor de “*O Processo Civilizador*” tenta nos apresentar, com esta obra, é uma Teoria da Civilização, na qual

A preocupação básica e central (...) é descrever o processo de civilização do ocidente europeu, isto é, demonstrar a evolução das relações do homem ocidental com seu próprio corpo, com suas necessidades e instintos fisiológicos e emocionais e o modo como esta evolução se refletiu nas relações do indivíduo com os outros e foi condicionada pela evolução histórica da sociedade.

O conceito de *Civilização* é cunhado no Ocidente Europeu para autoconsagrar esta sociedade como superior às demais. Segundo Elias (1994, p. 23), “*este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo*”. Ou seja, é a autoconsciência de superioridade destes em relação aos “selvagens” ou àqueles que viviam na “barbárie”. Tudo o que não fosse Ocidental ou não se enquadrasse aos moldes Ocidentais, era considerado inferior, inculto, incivilizado.

Após ter esclarecido o conceito de *Civilização*, de modo geral, no Ocidente Europeu, Elias passa a trabalhar com os conceitos de *Zivilisation* e *Kultur*, observando a diferença entre os dois conceitos em países como a França, Inglaterra e Alemanha.

As identidades desses povos vem sendo construída no decorrer da história, e diversos fatores contribuíram para haver tanta diferença entre o conceito de *Civilização* nestes países. Peguemos, por exemplo, a Alemanha e a França, façamos uma breve análise histórica entre os dois para, assim, sabermos a Sociogênese desses conceitos e o porquê de haver tantas diferenças entres eles.

As províncias Germânicas, que mais tarde viriam a constituir o Estado Alemão, vivem na “marginalidade cultural e política” durante os séculos XVII e XVIII. Os nobres de suas cortes vivem a plagiar os belos rigores da Corte francesa. No entanto, a classe média, também conhecida como a *Intelligentsia* alemã, que era afastada da política e da nobreza, não se identificava com o modelo cortesão francês e logo criou um novo conceito, o *Kultur*. Este valorizaria as características de cada indivíduo e os aspectos de sua formação moral e intelectual. O conceito de *Kultur* ganha força com o Romantismo e com a unificação da Alemanha. Agora, este termo passaria a designar a autoconsciência alemã (do social para o nacional) em oposição ao conceito de *Zivilisation* na França. Por outro lado, o Estado Francês que já era unificado desde fins da Idade Média defendia o conceito de *Zivilisation* apenas para caracterizar uma classe – a nobreza. No entanto, a burguesia cedo foi incorporada à corte, cedo também ela incorporou o comportamento da aristocracia, e o conceito de *Zivilisation* passou a definir não mais uma única classe, mas uma nacionalidade, a francesa. Com base

neste conceito, os franceses se acharam no direito de se julgar superiores aos outros estados dentro da própria Europa, pois eles estariam longe da barbárie⁷.

A Corte francesa, devido a sua refinada nobreza, adota o conceito de *Civilização* como sendo de grande orgulho para os mesmos, pois isto era de imensa “*importância (...) para o progresso do Ocidente e da humanidade*” (ELIAS, 1994, p. 24), por outro lado, para os alemães o conceito de *Civilização* “*significa algo de fato útil, mas, apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície externa humana*”. (ELIAS, 1994, p. 24) Como podemos observar, este termo era de irrisória importância para os alemães e o termo mais adequado para suas boas ações e orgulho de se próprio, é o conceito de *Kultur*. Assim,

O conceito francês e inglês de civilização pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. O conceito de *Kultur* alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais por outro. (ELIAS, 1994, p. 24).

Um outro termo alemão designado para “*descrever o caráter e o valor de determinados produtos humanos, e não o valor intrínseco da pessoa*” é a palavra *Kulturell* (Elias, 1994, p. 24), este termo não pode ser traduzido para o francês nem para o inglês. Por outro lado o termo *Kultiviert* é o mais aceito para designar “*à forma da conduta ou comportamento da pessoa. Descreve a qualidade social das pessoas, suas habitações, suas maneiras, sua fala, suas roupas, ao contrário de Kulturell*”. (ELIAS, 1994, p. 24).

Em suma: no caso francês, cedo a cultura da corte foi assimilada pela burguesia e outras camadas sociais, aí a identidade nacional francesa (*Zivilisation*) foi construída com base nas relações da corte. No caso alemão, a cultura da corte não conseguiu se generalizar ao restante da sociedade, por isso o conceito que vai melhor expressar a identidade nacional dos povos germânicos é *kultur* (oposição à vida cortesã)⁸.

A partir do século XVII os países que não surtiram das colonizações da América vão sofrer as conseqüências do novo comércio desenvolvido do outro lado do Atlântico. Alguns reinos, como o Germânico, por exemplo, ficaram praticamente inúteis devido ao seu atraso

⁷ É importante salientar que Elias considera que é de acordo com a organização econômica, social e política a que corresponde a diferentes sensibilidades e mentalidades.

⁸ É importante lembrar que o modelo de sociedade que vingou no ocidente europeu foi o modelo francês de *Zivilisation*.

em relação a outros que já estavam bem avançados, como os reinos da França e da Inglaterra. Segundo Elias,

(...) mesmo no século XVIII, a Alemanha e, em particular, a burguesia alemã são pobres em comparação com os padrões francês e inglês. (...) o comércio externo que fora altamente desenvolvido no século XVI, está em ruínas. Desmoronou a imensa riqueza das casas mercantis, parcialmente devido à mudança nas rotas de comércio devido à descoberta de novas terras no ultramar e, até certo ponto, em consequência do longo caos da guerra (ELIAS, 1994, p. 29).

Elias resume a grande pobreza alemã a partir do século XVII, às novas rotas comerciais e às guerras, sobretudo a Guerra dos Trinta Anos⁹. Nas cortes germânicas as disponibilidades de recursos são muito baixas, para investimentos em áreas como as artes e a literatura, os poucos nobres que têm condições de se dedicar a estes afazeres apenas imitam a “*corte exemplo*” da Europa, a corte francesa de Luís XIV. As mudanças nos modos das falas são os primeiros sinais de que uma pessoa precisa para se destacar dentro de uma determinada classe social. Muitos alemães quando não se comunicavam por completo em francês, tentavam ao máximo incluir várias palavras francesas em seu vocabulário, “*o alemão, a língua das classes baixa e média, é pesado e incômodo.*” (ELIAS, 1994, p. 29) Se o latim por uma determinada época ficou sendo a língua oficial dos intelectuais, agora era a vez da língua francesa alcançar este patamar. “*Leibniz, o único filósofo cortesão alemão, o único grande alemão dessa época cujo nome despertava aplausos em círculos cortesão mais amplos, escreve e fala francês e latim, raramente o idioma nativo.*” (ELIAS, 1994, p. 29-30). Enfim, “*falar francês é o símbolo de status de toda a classe superior.*” (ELIAS, 1994, p. 30).

O fator crucial do problema da língua alemã é, como afirmou Frederico, o Grande: “*Considero-a uma língua semibárbara, que se fraciona em tantos dialetos diferentes como a Alemanha tem províncias. Cada grupo local está convencido de que seu patois é o melhor.*” (apud ELIAS, 1994, p. 31). Em outras palavras, o problema da língua alemã estava relacionado à unificação do Estado. No território germânico havia uma infinidade de províncias com os mais diversificados dialetos que só veio a se unificar em um único Estado por volta do século XIX. Por outro lado, países como França e Inglaterra já tinham no século XVII um vasto território que, mesmo que não estivesse totalmente unificado, já estava muito centralizado em torno da figura de um poderoso soberano, o Rei. Segundo Elias, Frederico, o Grande, ainda vai descrever sobre o assunto no seguinte teor:

⁹ Guerra entre Protestantes e Católicos (1618-1648) de diversos países da Europa, sendo suas consequências extremamente desastrosas para a Alemanha.

(...) o baixo nível da literatura, lamenta o pedantismo dos intelectuais alemães e o pouco desenvolvimento da ciência do país. Mas encontra também uma razão para isto: considera o empobrecimento alemão como resultado de guerras incessantes e do insuficiente desenvolvimento do comércio e da burguesia. (apud ELIAS, 1994, p. 31).

Frederico, o Grande, apenas vai corroborar com o que já foi citado acima, alertando para o fato de que o empobrecimento alemão se deve a ocorrência de sua participação em diversas guerras e ao descobrimento da América com a respectiva mudança da rota comercial. Assim, pouco tempo depois de Frederico escrever essas palavras vai haver um lento, porém, constante, desenvolvimento intelectual na Alemanha, “*em 1781, vêm à luz Die Rauber (Os Bandidos), de Schiller, e a Crítica da razão pura, de Kant seguidos em 1787 por Don Carlos, do primeiro autor, e Iphigenie de Goethe*”. (Elias, 1994, p. 31). Os intelectuais alemães que antes não passavam de meros tradutores de obras francesas, agora estavam publicando diversas obras de peso dentro da sociedade.

No entanto, a maioria da população alemã continuava alheia aos problemas do país e longe de se tornarem uma elite forte e estruturada. No topo da pirâmide social estava uma elite que falava francês e decidia tudo sobre a política do país, enquanto que do outro lado, permanecia a velha *Intelligentsia alemã* que ainda figurava os traços arcaicos de suas raízes e não exercia nenhuma influência sobre os mais diversos fatos políticos realizados na Alemanha. Foi desta *Intelligentsia alemã* que “*sairam basicamente os homens por conta dos quais a Alemanha foi chamada de terra de poetas e pensadores*”. (ELIAS, 1994, p. 34). De um lado, a corte francesa se caracterizava pelo seu esplendor com “irrelevantes” normas de etiqueta tendo na sua filosofia apenas relatos do convívio na corte, como nos mostra Elias (1994, p. 36-37) sobre os relatos de Goethe em relação à corte francesa. Vejamos alguns exemplos:

O sofrimento resplandecente, o tédio reinante entre as pessoas detestáveis aqui reunidas, a competição entre elas por posição, a maneira como constantemente procuram meios de um passar na frente do outro... (...) Que tipos de pessoas são estas cuja alma inteira se radica no cerimonial e cujos pensamentos de desejos a ano inteiro centralizam-se em como podem aproximar uma cadeira da mesa.

Na citação abaixo Goethe vai se referir a um jantar na casa de um conde. Note-se que o anfitrião não se incomoda com a presença do burguês no seu meio, mas quando da chegada de alguns nobres em sua casa ele sente-se envergonhado com a presença burguesa. Vejamos:

Após o jantar na casa do conde, andamos de um lado para o outro no grande parque. Aproxima-se a hora social. (...) Ele permanece ali, os nobres chegam. (...) o conde, um tanto embaraçado, pede-lhe que se retire. A nobreza sente-se insultada ao ver um burguês entre seus membros. (GOETHE apud ELIAS, 1994, p. 37).

Goethe faz uma crítica severa ao comportamento francês. No primeiro caso podemos observar um exemplo claro de competição entre os nobres, era preciso derrubar seu oponente para ascender economicamente e socialmente dentro da corte. Ainda no primeiro exemplo, observamos as irrelevantes cerimônias que a corte francesa pregava aos seus convivas. Já no segundo exemplo, vimos a grande repugnância que os nobres tinham em relação aos burgueses. Este era o modo de civilização para os nobres franceses, serem superiores as outras classes sociais que se apresentavam como inferiores aos nobres da corte francesa.

Por outro lado, estava a *Intelligentsia alemã* e sua *Kultur*, sem regras de etiqueta e com seus “*modos bárbaros*” considerados inferiores pelos franceses. Entretanto, eles resgatavam sua vida interior, seus sentimentos mais profundos e a partir disto tentavam construir sua identidade, ou seja, a individualidade de cada um.

Em relação à Nova História Cultural, temos: Segundo Peter Burke (2005, p. 15-16), essa Nova História Cultural “(...) *pode ser dividida em quatro fases: a fase ‘clássica’; a fase da ‘história social da arte’; (...) a descoberta da história da cultura popular (...) e a ‘nova história cultural’*”.

A primeira fase se estende desde o século XIX até o início do século XX, tendo como principais personagens os historiadores Jacob Burckhardt e Johan Huizinga. Estes, expressavam suas idéias através de análises em diferentes obras de arte, o ponto chave da discussão entre os historiadores dessa época era entender a “*relação entre as diferentes artes*” (BURKE, 2005, p. 17). Burckhardt estudou a cultura italiana renascentista, obra, aliás, reeditada recentemente. Huizinga, em *O Outono da Idade Média*,

(...) estava preocupado com os ideais de vida, com a fidalguia. Tratava de temas como o sentido do declínio, o lugar do simbolismo na arte e no pensamento do final do período medieval e de sentimentos como o medo da morte. O livro atribui um lugar central às formas ou padrões de comportamento. (BURKE, 2005, p. 19)

A segunda fase, *história social da arte*, é onde Norbert Elias se enquadra. Esta fase tem início em 1930 e seus principais protagonistas são, Max Weber com *A ética protestante e o*

*espírito do capitalismo*¹⁰, de 1904, Aby Warburg¹¹ que se prendeu a escrever ensaios sobre o Renascimento italiano, Erwin Panofsky¹² com suas interpretações iconográficas e Norbert Elias com o seu *Processo Civilizador*, de 1939. Esta última “é essencialmente uma história cultural”. (BURKE, 2005, p. 20). Ainda tendo como base as palavras do referido historiador inglês, temos:

(...) Elias dirigiu o foco para a história dos modos à mesa, a fim de mostrar o desenvolvimento gradual do autocontrole ou do controle sobre as emoções nas cortes da Europa Ocidental, ligando o que ele chamou de “pressões sociais pelo autocontrole” entre os séculos XV e XVIII à centralização do Estado e à submissão ou domesticação de uma nobreza guerreira. Elias afirmava escrever sobre a “civilização”, e não sobre a cultura, sobre “a superfície da existência humana”, e não sobre suas profundezas, sobre a história do garfo e do lenço, e não sobre o espírito humano. De qualquer forma, ele deu uma importante contribuição para o estudo do que hoje pode ser descrito como “a cultura do autocontrole”. (BURKE, 2005, p. 21)

A terceira fase se insere no contexto de 1960 e é caracterizada pela *descoberta da cultura popular*. Vários aspectos que faziam parte das culturas marginalizadas foram pouco a pouco sendo explorados. Danças, rituais, artes, canções, foram, cada vez mais, ganhando seu espaço dentro do meio acadêmico. Um dos pioneiros, neste aspecto, foi Eric Hobsbawm com a sua *História social do Jazz* (1959). A idéia central do texto é mostrar que o Jazz não submerge perante a moderna sociedade industrial. Para o historiador inglês, essa música popular contém elementos de protesto social.

Outro historiador inglês dedicado à cultura popular como cultura de classes subalternas, portanto, de resistência, é o marxista Edward Palmer Thompson. Em 1963 ele lança *A Formação da Classe Operária Inglesa*, na qual não abandona os conceitos clássicos do marxismo, porém, discorda da vertente estruturalista-economicista de Althusser e vai trabalhar no campo da cultura como algo dinâmico e formador de consciência de classe, ou

¹⁰ Obra que analisa as raízes culturais do que chamou de “sistema econômico dominante na Europa Ocidental e na América”. O ponto central do texto era, essencialmente, apresentar uma explicação cultural para mudança econômica. Ele acentuava o papel do *ethos*, especialmente a idéia de “chamada”, na acumulação do capital e na ascensão do comércio e da indústria em grande escala. (BURKE, 2005, p. 20).

¹¹ Filho de banqueiro, ele renuncia a sua herança deixando para o irmão mais novo em troca de uma mesada suficientemente grande para comprar todos os livros de que precisasse. Quando Hitler chegou ao poder, em 1933, Warburg já havia falecido, mas os outros estudiosos que se reuniam no seu Instituto se refugiaram no exterior. O próprio Instituto, por ser fundado por um judeu, foi transferido para Londres junto com vários intelectuais, entre eles, Elias, constituindo a “grande diáspora”, nas palavras de Peter Burke. (BURKE, 2005, p. 24)

¹² Erwin Panofsky escreveu uma espécie de hermenêutica visual. Em 1951, nos Estados Unidos, proferiu uma conferência sobre a arquitetura gótica e a escolástica, procurando analisar as relações entre diferentes domínios culturais. (BURKE, 2005, p. 23)

seja, de identidade. Para Thompson, a cultura não é apenas um reflexo do econômico, e sim, o lugar do agenciar humano.

A quarta e última etapa dessa divisão histórica é denominada de *Nova História Cultural* que vem à tona na década de 1980. Essa Nova História Cultural não é singular, e sim, tem desdobramentos. Nesse sentido, apenas a título de exemplos, cumpre lembrarmos quatro matrizes, elas também, bastante heterogêneas: a história social da cultura (Thompson, Christopher Hill, Raymond Williams, Eric Hobsbawm), micro-história italiana (Carlo Ginzburg, Giovanni Levi), a nova história cultural estadunidense (Robert Darnton e Natalie Zemon Davis) e a corrente francesa dos *Annales* (Roger Chartier, Jacques Revel, Duby, Le Goff, Ladurie, Marc Ferro). É com essa “revolução histórica” que *O Processo Civilizador* de Norbert Elias é descoberto.

Feitas essas considerações, passamos, então, a mostrar como a cultura histórica representa a obra de um sociólogo. Comungando com a idéia de que a obra *O Processo Civilizador* de Elias é uma das matrizes da chamada Nova História Cultural, conforme já nos referimos anteriormente.

Mesmo sendo escrita por um sociólogo, na década de 1930, sua obra vai ficar secundarizada ao meio acadêmico até a década de 1970, quando vai ser traduzida para o francês e posteriormente para o inglês. Segundo Malerba (1996, p. 73), isto “*impinge-lhe a mácula de ‘clássico adormecido’*”, influenciando vários “*antropólogos históricos como Anton Blok, historiadores culturais como Roger Chartier e mesmo sobre historiadores da arte e da ciência*”. (BURKE, 2005, p. 73). Norbert Elias vai anteceder o que mais tarde viria ser chamado de Nova História Cultural. Segundo o historiador Jurandir Malerba (1996, p. 73),

Seu vigor reside não apenas no fato de ter-se antecipado em meio século a temas muito caros hoje em dia, sobretudo à historiografia. Seu enfoque em aspectos do comportamento humano estava à margem da pauta de preocupações da ciência histórica, tal como entendida e praticada nos centros de pesquisa oficiais na década de 1930. Atualmente o olhar dos cientistas sociais – incluindo os historiadores – volta-se para as maneiras de vestir, comer, amar, apresentar-se, para os gestos e cerimoniais.

Elias vai trabalhar com uma documentação que apenas os historiadores das mentalidades viriam dar especial atenção. Foi buscar os tratados de boas maneiras, poemas, textos anônimos medievais, dentre outros, a fim de compreender o processo pelo qual o homem ocidental sofreu uma carga de civilização e autocontrole.

O objeto de Elias, segundo Chartier (1990, p.91-92), é

(...) inteiramente histórico, no sentido em que se situa (ou pode ser situado) no passado, mas a sua perspectiva em nada é histórica, uma vez que não se prende com indivíduos, supostos como livres e únicos, mas com as posições que existem independentemente deles e com as dependências que regulam o exercício da sua liberdade.

Ainda conforme esclarece Chartier (1990, p.92) o objetivo de Elias não é estudar o rei em particular, e sim, a função do rei, o que fica bastante evidente se percebermos que a abordagem de Elias era sociológica, e nesse sentido se diferencia da abordagem histórica.

Entretanto, asseguramos a opinião de que, o que aproxima a obra de Elias da história das mentalidades dos franceses é o olhar em torno de objetos ligados à etiqueta, comportamento, atitudes, no entanto, ocorre uma diferenciação no tocante a questão da síntese histórica. Ao passo que a teoria *eliasiana* ainda trabalha com as estruturas e a perspectiva global, os historiadores das mentalidades romperam com as pretensões de uma história global e passaram a valorizar a história em migalhas, para lembrar uma expressão cara a François Dosse.

Consoante Chartier, (1990, p. 92)

Os traços que Norbert Elias atribui à história, considerada como perspectiva única, sempre idêntica a si mesma, não são aquelas através das quais os historiadores destes últimos vinte ou trinta anos gostariam de ver caracterizar a sua prática.

Rodrigues (2007) resume afirmando que a obra de Elias foi relegada justamente por ser publicada no ano que eclodiu a II Guerra Mundial e pelo fato do autor já está exilado na Inglaterra e ainda, por se afastar de uma tradição marxista. Sua reedição foi feita em 1969 e a tradução para o francês, em 1973, no bojo da renovação historiográfica francesa da *Nouvelle Histoire*. A autora aproxima o trabalho de Elias ao de Foucault. Para ela

Foucault publica por esta altura os seus importantes estudos a cerca da repressão e controle sociais exercidos sobre as expressões corporais e comportamentos dos indivíduos: o *Surveiller et Punir* (1975), a *Folie et Dérailson* (História da loucura) ou a *História da Sexualidade* são os exemplos mais significativos.

Muito embora possamos compará-las, é importante notarmos as diferenças metodológicas. Foucault trabalha numa perspectiva nominalista, dando ênfase ao discurso, a linguagem, enquanto Elias aborda a psicogênese a partir da sociogênese, que tem um caráter epistemológico realista. Conforme salienta Malerba (1996, p. 81) “*Elias contesta a*

concepção de uma história das 'idéias' desvinculada da 'história da sociedade', como duas entidades segregadas, em que uma 'determinaria' a outra".

Também aproxima da obra de Phillippe Ariès, já que este historiador francês, nos anos 1960, trabalhava com a questão mental das famílias e da criança no antigo regime. Nesse livro, Ariès se interessa pela obra de Elias, sobretudo pelo tratado de Erasmo de Rotterdam que era destinado especificamente às crianças. Não é a toa que Ariès seria o responsável pelo prefácio da edição francesa desse tratado, em 1977, quatro anos após a tradução da obra de Elias para o francês.

Ao que parece, a obra de Elias não se constitui como teleológica, uma vez que, não obstante trabalhar com a idéia de evolução, não propõe um devir, ou seja, um modelo de civilização para o futuro. Com relação à questão da temporalidade, o sociólogo alemão tanto trabalha com a noção de permanências como não abandona a perspectiva das rupturas, diferenciando, assim, de uma sociologia clássica que enveredava por um conceito de sociedade estática.

Não queremos discutir as críticas e os problemas apontados por diversos intelectuais à obra de Elias. Muito menos, aprofundar o debate em torno dela, até por que seria algo que demandaria maior tempo e leituras sociológicas, assim como, fugiria dos objetivos propostos para esse trabalho.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Fonseca. *Norbert Elias: formação, educação e emoções no processo de civilização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Vol.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____ *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MALERBA, Jurandir. Sobre Norbert Elias. In: MALERBA Jurandir (org.). *A velha história: Teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p.73-91.

RODRIGUES, Ana. Margarida. Casimiro. *Recensões: recensões críticas*. Disponível em: www.fcsh.unl.pt/cpg/mhm/recensões_críticas.htm - 95k. Acesso: em 13 out. 2007.